A difusão da obra de Diderot em Portugal e no Brasil

Leopoldo Collor Jobim*
Pesquisador e professor universitário

Este artigo pretende avaliar o interesse que a obra de Diderot tem exercido em Portugal e no Brasil.[1] Para tal, levantarei a presença dessa obra em algumas bibliotecas setecentistas e identificarei as traduções realizadas, inventariando os estudos mais recentes sobre esse pensador em ciência política, filosofia e ficção. Também investigarei os obstáculos à divulgação de seus livros por parte da censura.

Acredito que, a partir deste esforço prévio, seja mais fácil rastrear sua influência na teoria política, na antropologia, na estética e nas literaturas brasileira e portuguesa.

Algumas considerações preliminares merecem ser formuladas com relação ao acesso dos leitores do Antigo Regime, no espaço luso-brasileiro, às obras de Diderot. Não existindo imprensa no Brasil-colônia, todas as suas obras vêm do Reino e estão sujeitas à censura portuguesa, naturalmente válida também para as colônias. Havia inclusive um controle suplementar para a remessa de livros ao Brasil.

Parte significativa de sua produção, sobretudo a política, vem editada anonimamente ou sob o nome de terceiros. Graças a pesquisas recentes[2], conhece-se o seu substancial aporte à *Histoire philosophique et politique* do abade Raynal tanto que, para efeitos deste trabalho, considerá-lo-ei como co-autor dessa obra. Urge também levar em conta a sua contribuição para obras coletivas, especialmente para a *Encyclopédie*.

O controle da leitura, ou seja a censura, longe de ser um problema português, é — pode-se dizer — universal. O poder, através do tempo e valendo-se no mais das vezes do endosso das autoridades religiosas e filosóficas, amordaçou o

* Publicamos, *in memoriam*, o artigo de Leopoldo Collor Jobim, falecido em dezembro de 1989.

1. Apresentei ao Colloque International Diderot (Paris, 1984) uma comunicação tratando de tema em parte análogo, na qual me restringi à influência deste pensador no Brasil: 'Diderot et le Brésil', em *Actes du Colloque International Diderot* (Paris, Aux Amateurs de Livres, 1985), pp. 403-410. Neste artigo, além de acrescentar a parte relativa a Portugal desenvolvo muito mais a parte respeitante ao Brasil.
2. Yves Benot, *Diderot: de l'athéisme à l'anticolonialisme* (Paris, Maspero, 1981). O grau de sua participação depende da edição da obra: "(*Diderot*)... *a fait du livre signé Raynal son porte-parole*". Idem. 'Diderot et la politique', em *Diderot. Textes politiques* (Paris, Sociales, 1972), p. 47.

que agora consideramos ser o direito de expressão. No entanto, e como nos interessa aqui o contexto português e brasileiro, trataremos desse fato político-cultural de forma a que nos ajude a avaliar o Iluminismo luso-brasileiro, cujos parâmetros ideológicos estabeleceram os critérios de proibição.

O estudo das idéias políticas deve levar em conta as transformações e a evolução do pensar, mas não pode esquecer a capacidade de resistência das idéias que se recusam a ceder o passo a novas teorias. A tensão entre o novo e o arcaico, a ambivalência e o contraditório constituem a chave eficaz para a compreensão de qualquer movimento que pretenda inovar os quadros e as referências mentais. O Iluminismo em Portugal e no Brasil ganha em ser estudado a partir desse ângulo, pois a resistência que encontra à sua difusão na mentalidade tradicional é muito bem articulada.

O movimento adquire, tanto na Metrópole como na Colônia, um sentido pragmático, pedagógico e científico; tem pleno êxito a proposta de pô-lo a serviço do regime absolutista e de utilizá-lo para reforçar os laços coloniais. Politicamente afastada da francesa, a nossa Ilustração não ataca frontalmente o sistema político, as estruturas econômicas ou a religião. Esta última, inclusive, fornece-lhe os critérios de aceitabilidade, como se observa neste parecer de censura inquisitorial:

> Pode-se imprimir... menos os absolutos epítetos que se dão em várias partes (da obra) aos hereges Loke (sic), Leclerc, Wolf e Newton, chamando-os clarissimos, sapientissimos, portentos da ciência...[3]

Os estudos que tentam definir a especificidade das Luzes em Portugal contrapõem esse movimento à corrente francesa do Iluminismo identificando-o, sem maior profundidade, à corrente italiana. Não existe qualquer estudo que coteje o Portugal da segunda metade do Setecentos com a Espanha ilustrada. Tampouco foi verificado em que medida o *Enlightenment* possa lhe ter fornecido um embasamento que se justificaria pela dependência comercial, financeira a militar que faz de Portugal um vassalo da Inglaterra.

A articulação da Coroa e da Igreja para institucionalizar o controle do pensamento contribui poderosamente para manter domesticado o movimento. E ambos se aliam para exercer a censura; essa competência de proibir a leitura reestrutura-se várias vezes ao longo do século XVIII: até 1768 é atribuída concomitantemente ao bispo, à Inquisição e ao Desembargo do Paço. Nessa data, e "como se está praticando nas outras Cortes iluminadas e pias da Europa", o futuro marquês de Pombal determina que se crie a Real Mesa Censória para evitar

> a extinção dos livros bons, e úteis... (a) introdução dos nocivos e perniciosos, acreditando que o novo sistema se fará com a contínua aplicação, e o sucessivo e vigilante cuidado que requer um negócio de que essencialmente dependem a religião, a monarquia, o sossego público, e bem comum do Reino.[4]

3. ANTT, CGSO, Licenças, 25.1.1760, permitindo publicar a *Introdução sobre a lógica, ou Diálogos sobre a filosofia racional*. Lisboa, 1760.
4. O texto citado refere-se ao decreto de 5.4.1768, *apud* Maria Adelaide Salvador Marques, 'A Real Mesa Censória e a cultura nacional, aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII', em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 26, 1964 e também Piedade Braga Santos, 'Actividade da Real Mesa Censória — uma sondagem', *Cultura — história e filosofia* (Universidade Nova de Lisboa, 2, 1983), pp. 377-440. A alusão aos demais europeus no

Em 1816 D. Maria I cria a Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.[3] Com o desencadear da Revolução Francesa, a censura torna-se mais rigorosa. A rainha queixa-se

> do descuido do Tribunal na franqueza ou frouxidão com que permite ou tolera o livre comércio das obras estampadas fora do Reino... (sobretudo) de livros, ou fundadores ou promotores da religião filosófica, que é mania, e ajuste do século... (e que) desassossegam o povo rude, pertubam a paz pública e procuram a ruína dos governos.[4]

À Coroa preocupa, sobretudo, a propaganda revolucionária que invade a Península Ibérica, tanto mais que, segundo o cônsul português em Baiona, *'Il-y-a mille moyens de passer en se dérobant à la surveillance du cordon"*, (ou seja, do controle estabelecido na fronteira franco-espanhola para impedir a entrada de livros proibidos).[7]

Torna-se necessário advertir à Universidade de Coimbra que os teólogos

> não têm que combater arianos nem calvinistas, têm que combater filósofos que atacam governos, a polícia e zombam da Teologia...[8]

Medidas cada vez mais enérgicas se fazem necessárias para conter a propaganda subversiva. Em 1793, no auge do Terror, dissolve-se como "inútil e ineficaz" a Real Comissão, retomando-se o antigo método de distribuir a faculdade de censura entre a autoridade da diocese, o Santo Ofício e a Coroa. Esse decreto refere-se especificamente

> à *extraordinária e temível revolução literária e doutrinal que nesses últimos anos*, e atualmente tem tão funestamente atentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrorosos princípios e sentimentos políticos, filosóficos, teológicos e jurídicos, derramados e disseminados para ruína da religião, dos impérios e da sociedade.[9]

A censura que merecem os *philosophes* é elucidativa do ambiente mental português: Descartes (trata-se presumivelmente do *Discurso sobre o método*) é escusado

referido decreto é procedente pois, *"in spite of a growing rhetoric of freedom, the eighteenth century remained an age of control"*. Eugene Charlton Black, *'The 18th. century: control and revolution'* em *Censorship: 500 years of conflict* (The New York Public Library, 1984), p. 65. Além das obras muito conhecidas de Antônio Ferrão, José Antônio Saraiva, Silva Bastos e Teófilo Braga sobre este tema, gostaríamos de apontar a tese, em elaboração, de José Manuel Bagiinha. Vide também Leopoldo Jobim, 'A legislação sobre censura inquisitorial no fim do Antigo Regime' em *Anais do 1º Congresso Internacional Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa, 1987 (no prelo).

5. Decreto de 21.6.1787.
6. ANTT, Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros. 3/364. Carta de 3.12.1789 para o principal Abranches.
7. ANTT. MNE. Correspondência dos cônsules portugueses no estrangeiro. Consulado em Baiona, caixa 1. Ofício do cônsul Dubecq. s.d.
8. Aviso de Queluz, de 6.9.1793, de José Seabra da Silva à Faculdade de Filosofia, *apud Actas da Congregação da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*. Universidade de Coimbra, 1978, pp. 143-144.
9. Decreto de 17.12.1793

> porquanto o povo português ainda não está acostumado a ler no seu próprio idioma este gênero de escritos, em que se recomenda o espírito da dúvida, do exame, da independência, da liberdade, e tudo o mais... e que poderá facilitar para qualquer excesso contra o Estado, ou contra a religião ou ao menos formar idéias novas sobre a sujeição que a esta e aquela se deve.

Já o *Entendimento humano* de Locke é proibido

> por favorecer o materialismo, este monstro que, tanto domina no século presente com ruína grande da religião (embora sejam) as matérias muito abstratas, que poucos percebem e só os homens doutos as lêem e assim cessa o perigo da sedução.

Rousseau (*Émile*, ou *De l'éducation*) é proibido "por ser contrário a toda a religião revelada e ser um diista (sic) o seu autor"; Helvetius (*Le vrai sens du système de la nature*), por ser "uma das obras em que o espírito dos filósofos libertinos derramou o veneno todo de sua abominável seita"; Montesquieu (*Cartas persas*), por

> fazer a sátira mais horrível, ainda que delicada de todos os vícios, prejuízos e costumes da Europa... animando-se a caluniar e ofender, até os dogmas, a disciplina e os ministros da religião cristã.

D'Alembert é proibido por fazer "uma forte invectiva contra os bens que possuem as igrejas, os bispos e os mosteiros".[10]

As obras de Diderot — sempre que identificadas como sendo de sua autoria — não merecem tratamento diverso: a licença para impressão lhes é negada, com exceção de sua obra dramática.

No edital de 24 de setembro de 1770 vêm inscritos no novo índice expurgatório que a Real Mesa Censória havia sido encarregada de elaborar: *Etrennes aux esprits forts*, Londres, 1757; *Pensées philosophiques*, Haia, 1735 (por ímpio e libertino) e *Lettres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voyent*, Londres, 1794.[11]

No entanto, no "Index dos livros de que não se conhece autor" vêm incluídos entre os aprovados o *Discours aux grands de Pologne sur la necessité de l'extinction des jésuites*, o *Discours sur le prejugé des peines infamantes* (aprovado em 24 de maio de 1787) e a *Histoire générale des dogmes et opinions philosophiques, depuis les plus anciens jusqu'à nos jours*, (Londres, 1768).[12]

Em 2 de abril de 1770 *Les bijoux indiscrets* é suprimido "na classe dos obscenos". Quando à *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* (edição anônima de 1772, embora identificada como sendo do "abbé Reynald" (sic), é proibida pelo edital de 11 de outubro de 1773. Outra edição, de 1780, é apontada no Catálogo, reportando-se à proibição anterior.[13]

10. Todos estes pareceres, *apud* Timóteo da Silva Bastos, *História da censura intelectual em Portugal* (2ª ed. Lisboa, Moraes, 1983).
11. Santos, op. cit., p. 430.
12. Trata-se de um catálogo de obras censuradas pela Mesa, incompleto, cujos autores não haviam sido identificados; deveria constituir um registro que facilitasse o trabalho dos deputados. As informações são muito incompletas, o que dificulta a pesquisa. Ibidem, pp. 377-378. O índice ocupa as pp. 404-440 e as referências às obras de Diderot estão à p. 411.
13. 'Catálogo de obras defesas neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente', *apud* Marques, op. cit., p. 185

Em 1782 Diderot merece um parecer que deve ser transcrito por extenso — refere-se às "obras de Mr. Diderot, em 6 tomos, Amsterdam, 1772". Diz:

> Este autor é um filósofo bem conhecido por ser um dos trabalhadores mais (ilegível) obra da *Enciclopédia*. Para formar conceito desta sua obra basta ler o *Tratado dos pensamentos filosóficos* que vem no tomo 5. Nele se vê claramente não admitir religião alguma revelada e ser deísta. Não basta a profissão que faz. Diz que não é necessário imaginar a Deus nem muito bom nem mau: a justiça é entre o excesso de clemência e de crueldade; e assim as penas finitas são entre a impunidade e as penas eternas. Diz que os milagres não são prova da verdadeira religião nem o testemunho dos santos padres, mas só a razão e que crê mais sua razão do que tudo mais ora como a fé se funda na autoridade e não na razão com a existência de um só Deus condena os rigores da penitência a que os santos praticaram ao suicídio porque matar-se de repente, ou abreviar os dias da vida pouco a pouco é o mesmo. Enfim, seria necessário escrever sobre este tratado quase todo para mostrar os absurdos que contém. Foram do mesmo parecer os deputados abaixo assinados. Mesa, 8 de julho de 1782. Francisco de São Bento. Antônio Pereira de Figueiredo. Joaquim de Sant'Ana."

Surpreende que seja ignorado o caráter politicamente subversivo da obra. Pela leitura do parecer depreende-se que Diderot, "por ser um filosófo bem conhecido" está previamente condenado; as citações, retiradas de um só dos livros da edição de obras reunidas, e os comentários às mesmas — enfocando exclusivamente os erros teológicos — constituem mera formalidade para justificar a sua condenação. A própria escolha do *Pensées philosophiques* já determina os argumentos que serão utilizados, pois a primeira linha do texto diz "*J'écris de Dieu.*" De qualquer forma, a leitura e interpretação do censor são superficiais e não revelam uma apreciação do sentido geral do texto.

No *Catálogo de livros defesos* aparece a indicação de que, naquela mesma data, fora permitida a publicação das *Oeuvres dramatiques* de Diderot. O padre Antônio Pereira de Figueiredo considera as comédias *O pai-de-família* e *O filho pródigo* "excelentes e dignas de se representarem". É incluído em 1787 em uma coleção denominada *Teatro estrangeiro, ou coleção das melhores tragédias e comédias dos autores franceses, italianos...*; nessa obra vêm também publicados o *Cid*, o *Avarento* e o *Jogador* (de Regnard), sendo anunciada na *Gazeta de Lisboa* pelo editor Rolland.

As obras de outro cunho de Diderot encontram outra acolhida pelos partidários do Antigo Regime: o padre Teodoro de Almeida, na *Harmonia da razão e da religião* (Lisboa, 1793, vol. IX de sua *Recreação filosófica*) ataca Diderot por seu ateísmo; na *Correspondência anti-jacobina* do padre José Morato (Lisboa, 1809), este atribui a corrupção dos costumes em Portugal à divulgação da obra de alguns autores, entre os quais Diderot.

Apesar das proibições, os livros de Diderot eram lidos por muitos portugueses. Quando adolescente, a futura marquesa de Alorna, reclusa por ordem de Pombal no mosteiro de Chelas, escreve a seu pai, o conde de Assumar, preso no Forte de Junqueira, para lhe pôr a par de suas leituras: lia "Diderot, menos encantador que (d'Alembert) e também estimável, (que) tem composto um prodigioso número de artigos da *Encicloplédia* (e que) é autor de um tratado célebre chamado *Código da natureza* e atribuem-lhe os dois mais célebres livros que têm saído neste século, o *Sistema da natureza* e o *Sistema social*, os quais são admirados e combatidos pelos dois partidos filosófico e antifilosófico em que es-

14. ANTT. Real Mesa Censória. Censuras, 1782, 21.

tá dividido o mundo literário.[15] Foi também lido pelo notável matemático José Anastácio da Cunha quando este vivia em Valença do Minho; ao ser preso pela Inquisição em 1788, uma das perguntas que lhe foram feitas foi se havia lido "o temerário autor dos *Pensamentos filosóficos*". Bocage também lia Diderot, e o intendente de polícia encontrou entre sua papelada textos proibidos.

Pouco antes da revolução liberal de 1820, é editada em Lisboa uma publicação baseada no *Ensaio para a distribuição das ciências e artes principais, segundo o desenvolvimento do espírito humano*, de d'Alembert e de Diderot. Em 1818 a Impressão Régia publica o *Ensaio de uma distribuição genealógica das ciências e artes principais, segundo a explicação detalhada do sistema dos conhecimentos humanos e o discurso preliminar dos editores da Enciclopédia*, por Mrs. d'Alembert e Diderot em Paris, 1751 (é uma adaptação por Verissimo Antônio Ferreira da Costa, a partir da versão desse texto de autoria de Christian Roth, em Weimar, 1769).

Durante o triênio liberal, a circulação de sua obra foi intensa: "sabe-se pelo ver em algumas cidades desta província (Beira) que existem lojas de livreiro atulhadas de copiosas coleções das impiedades e absurdas doutrinas de... Diderot... que diariamente se vendem à mocidade descautelada".[17]

Logo após a reação absolutista, o cardeal patriarca menciona-o expressamente em sua Pastoral de 19/8/23 como sendo um "dos ímpios mestres dos chamados regeneradores" — entre os quais inclui, também, Voltaire, Rousseau e Condorcet.

O levantamento do conteúdo das bibliotecas constitui um indicador para aferir a eficácia e o rigor com que foram efetivamente postas em prática as proibições da censura. Pode-se proceder a esse estudo analisando os catálogos das bibliotecas enviadas em 1769 à Real Mesa Censória, estudando os autos dos seqüestros das livrarias dos jesuítas ou dos envolvidos em movimentos politicamente subversivos, pelos raros e incompletos catálogos elaborados para finalidade de venda ou doação e, finalmente, baseando-se nos registros deixados por viajantes.

No entanto, possuir um livro em sua estante não significa obrigatoriamente que o detentor tenha ou tenha tido interesse no mesmo: muitas circunstâncias fortuitas podem incluir livros em bibliotecas. Esses levantamentos interessam para se conhecer a circulação dos livros, mas não para avaliar a sua leitura ou a adesão às idéias que veicula o texto.

Mais recentemente, o livro sofreu um processo de banalização devido às grandes tiragens possíveis graças aos *pocket books* que, com as técnicas elaboradas de composição, o baratearam muito. Também sofrem campanhas de *merchandising* em que se usam capas atraentes e outros processos para incrementar a compra. Vendidos em supermercados, comprar livro atualmente é um ato despido de qualquer significado mais profundo.

No século XVIII, adquirir um livro era um assunto muito mais sério, e implicava em um real interesse pelo tema ou pelo autor. Interesse que, obrigatoriamente, não significava adesão aos princípios ali expostos, como às vezes sim-

15. *Apud* Marquez d'Ávila e de Bolama, *A marquesa d'Alorna* (Lisboa, 1916), p. 102.
16. ANTT, Inquisição de Coimbra, Apartados, pasta 10, processo nº 8.087, integralmente transcrito por João Pedro Ferro, *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra (1778)* (Lisboa, Palas, 1987).
17. ANTT, MNE, caixa 78, maço 4, nº 64. Memória de Antônio Monteiro Bandeira Subágua ao conde de Palmela, s. d.

plisticamente se quer deduzir. Pode-se ter em casa um livro de Rousseau e ser contra as suas idéias; pode-se querer utilizá-lo para refutar a sua ideologia ou, simplesmente, para satisfazer a curiosidade e ficar a par do que os seus conhecidos lêem e comentam. Assim, as conclusões que se deduzem da posse de livros proibidos devem ser muito matizadas.

Não só nos maiores centros urbanos viviam os interessados na cultura filosófica, pois há muitos casos de moradores do interior que possuíam boas bibliotecas. Em Portugal, isto se verifica pela distribuição dos correspondentes da Academia Real das Ciências que recebiam, em sua maioria, as publicações acadêmicas; e que se espalhavam de Trás-os-Montes ao Alentejo. No Brasil também havia muitos correspondentes da mesma Academia, mas estes tendiam a se concentrar nos centros maiores do litoral.

É necessário não esquecer que esses leitores e donos de bibliotecas luso-brasileiros constituem uma minoria quase insignificante da elite; à maioria dos aristocratas, dos grandes senhores rurais, dos altos e médios burocratas, assim como dos comerciantes mais importantes faltava qualquer cultura política. Quanto ao Brasil, diz-nos um dos mais fidedignos historiadores do período:

> a ciência política era desconhecida pela quase totalidade dos habitantes... As histórias de Grécia e Roma, o *Contrato social* de Rousseau, e alguns poucos escritos de Voltaire e do abade Raynal... formavam as várias fontes de instrução.[18]

Para conhecer o conteúdo das bibliotecas portuguesas de fins do século XVII existe um fundo precioso, constituído pelas listas das livrarias que a Real Mesa Censória determinou, em 1769, fossem enviadas para esse órgão de censura. São mais de quinhentas listas arquivadas no ANTT a pedir um estudo quantitativo, através da informática. Apesar de se presumir que os donos de livros proibidos não iriam incluí-los nas listas exigidas, podemos contar com o fato de que muitos não sabiam com exatidão se um livro ou um autor era ou não proibido. Tanto mais que um exame superficial desses arrolamentos mostra que o hábito de possuir e ler livros era muito mais divulgado em Portugal do que se podia imaginar: há róis de livros de dois sangradores, de um "limpador de armas do Arsenal", um boticário, um ourives. E também do ex-jesuíta, matemático e astrônomo, futuro vice-reitor de Coimbra, o padre José Monteiro da Rocha. Assim, um trabalho de sociologia da cultura a partir dessa fonte seria de grande valia para se conhecer melhor o Portugal pombalino.

Com exceção das ordens religiosas, não era costume manterem-se catálogos completos e atualizados das bibliotecas de instituições ou particulares. Uma notável exceção foi monsenhor Ferreira Gordo, cujo catálogo, de 1807, indica que possui os 35 volumes da *Encyclopédie*; também o *Catálogo dos livros da biblioteca da Academia Real das Ciências*, de 1792, é admiravelmente bem elaborado.[19]

As bibliotecas dos jesuítas de Lisboa não continham obras de Diderot, assim como a do convento de São Francisco de Caria. Mas ignoramos o conteúdo das demais bibliotecas conventuais no fim do século, quando havia, abertas ao público, a do convento de São Francisco da Cidade, a de São Domingos, a das Necessidades (com 26 mil volumes) e a de Mafra (muito rica). O *Catálogo de li-*

18. João Armitage, *História do Brasil* (2ª ed. bras., Rio de Janeiro, s. ed., 1914), p. 5.
19. ACL, ms. a. 85; idem, ms.a. 624.

vros da Livraria do Convento de N. Sr. de Jesus de Lisboa pertencentes aos Religiosos... de São Francisco, de 1825, arrola o teatro de Diderot, a *Encyclopédie* na edição de Luca e na de Paris/Neuchâtel. O *Catálogo da Livraria dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho de Lisboa*, muito bem-feito, não indica qualquer livro de Diderot. O *Índice alfabético e universal da Livraria do Real Mosteiro de Alcobaça*, de 1819, menciona um "Didelot" (sic) e indica possuir a *Enciclopédia*; já o *Catálogo Geral... do Real Colégio das Ordens Militares* (Santiago e Aviz), em Coimbra, elaborado em fins do século, indica muitas obras de Diderot, além de outras de Condillac, Mably e Montesquieu.[20]

Em 1834, com a alienação dos bens do clero, as bibliotecas religiosas foram vendidas, furtadas, desmembradas ou extraviadas. No melhor dos casos, incorporadas à Biblioteca Real (como a de Alcobaça) ou (Convento de Jesus) à Academia das Ciências.

Outra fonte para se conhecer as bibliotecas particulares é o arrolamento para fins de seqüestro de bens: em Portugal temos alguns desses documentos entre os quais a 'Relação dos livros do ex-marquês de Alorna depositados na Real Biblioteca Pública', que não menciona qualquer obra de Diderot, o que é de estranhar, sendo uma biblioteca variada e atualizada. Tem a *Enciclopédia*, mas incompleta. Uma segunda relação, com a mesma finalidade, é a do ex-conde da Ega: foi entregue à Academia das Ciências e tampouco contém obras de Diderot.[21]

Conhecemos algumas bibliotecas brasileiras graças a alguns estudos já realizados[22] — como os referentes às dos Rezende Costa e do cônego Luís Vieira da Silva — e através dos arrolamentos, para fim de seqüestro, dos bens dos jesuítas ou dos implicados em movimentos sediciosos: esses homens estavam a par da literatura política européia e norte-americana. Temos a descrição das bibliotecas de alguns dos inconfidentes mineiros, dos envolvidos na devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende e na sedição baiana.

Por ocasião do seqüestro, em 1759, a biblioteca dos jesuítas no Rio de Janeiro não revela obras de Diderot ou dos *philosophes*; tampouco as dos demais colégios, embora fossem muito ricas. O padre Serafim Leite, em sua *História da Companhia de Jesus* avalia a acima mencionada em 15 mil livros; as três bibliotecas do Pará continham quatro mil livros; as do Maranhão aproximadamente 14 mil, versando sobre teologia, direito moral, asceticismo, hermenêutica das escrituras, apologética, liturgia, filosofia e também ciências e letras profanas. A da Casa da Vigia era composta de mil e seis livros, em sua maioria religiosos, embora contivesse alguns de ciências e alguns clássicos gregos.[23]

20. J. Ferreira Gomes, 'As antigas livrarias dos jesuítas em Lisboa', *Broteria* 40 (2), pp. 153-160, Lisboa; ACL, ms. v. 81; Idem, ms. v. 953-960; ANTT, RMC, Catálogo das livrarias, nº 668; BGC, nº 1.315.
21. ANTT, Juízo da Inconfidência, maço 276; ACL, ms.a. s/cota.
22. Clado Ribeiro de Lessa, 'As bibliotecas brasileiras nos tempos coloniais'. *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 191, pp. 339-345, 1946; Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial* (São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979); Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego* (Belo Horizonte, Cultura Brasileira, 1946); Bradford Burns, 'O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil colônia', *Universitas*, Salvador, 8/9, pp. 5-15, 1971; Sílvio Gabriel Diniz, 'Bibliotecas setecentistas em Minas Gerais', *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 6, pp. 332-344, 1959.
23. 'Auto do inventário e avaliação dos livros que se acham no Colégio desta cidade seqüestrados aos denominados jesuítas', *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 301, pp. 212-259, 1973; padre Serafim S. J. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa/Rio

A biblioteca dos Rezende Costa (pai e filho) foi, posteriormente à Inconfidência, doada à biblioteca pública da cidade de São João del-Rei. Além de obras de Condorcet, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Mably, Beccaria e Adam Smith, encontra-se a *Histoire* de Raynal.[24]

Em seu *Tratado de Direito Natural* (dedicado a Pombal), Gonzaga não aproveitou o contributo ideológico dos *philosophes* para compor, (entre 1773 e 1778), a obra, já que a mesma tem um embasamento teológico incompatível com o ateísmo, deísmo ou livre pensamento que caracterizava a filosofia do século, sobretudo em suas versões francesa e inglesa. Alinha-se na corrente da Ilustração católica: a sua máxima decisiva é de que a lei natural é expressão da vontade de Deus. Sua obra é jusnaturalista, mas imbuída de teologia e ainda presa à escolástica — é o direito natural possível em Portugal nos anos setenta do século.[26]

O conde de Resende ordenou uma devassa no Rio de Janeiro com o objetivo de descobrir

> ... as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas à religião e falar dos negócios na Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França.

As denúncias que serviram de base ao inquérito referem-se a três membros da Sociedade Literária fundada em 1786, no Rio: o poeta Manuel da Silva Alvarenga, o bacharel em filosofia Mariano José Pereira e o médico Jacinto José da Silva. Chegara aos ouvidos do vice-rei que eles sustentavam

> que os reis não são necessários: que os homens são livres, e podem todo o tempo reclamar a sua liberdade: que as leis, porque hoje se governa a nação francesa, são justas, e que o mesmo que aquela nação praticou, se devia praticar neste continente... Que a Sagrada Escritura assim como dá poder aos reis para castigar os vassalos, o dá aos vassalos, para castigar os reis... (proposições estas)... próprias de enganar e seduzir o povo rústico, e ignorante, e de apartá-lo do amor, e fidelidade, que deve aos seus legítimos e naturais soberanos...

O vice-rei determinou que fosse feito um inventário de todos os livros dos suspeitos, "para se evitar uma faísca, que ocultamente poderá rebentar em um grande incêndio". Em casa do Dr. Jacinto José da Silva foi apreendido um texto em francês contendo "matérias menos ortodoxas da religião católica". Silva Alvarenga, informado durante o interrogatório de que em sua biblioteca fora achada a *Histoire philosophique* alegou desconhecer que a mesma contivesse

> doutrinas erradas, ou que dirigissem a atacar as monarquias (afirmando que)... não lera mais que os tijolos reservando a sua lição para o tempo das férias, e que os dois livros do abade Reinal (sic) não eram seus mas emprestados por Mariano José Pereira.

de Janeiro, 1943), vol. 4, pp. 287-288; idem, 'Uma biblioteca portuguesa no Brasil dos tempos coloniais' em *Brasília*, Coimbra, 1, pp. 257-267, 1942.

24. Bradford, op. cit.
25. 'Autos da devassa da Inconfidência mineira'. *Anais* da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1936. 7 vols.
26. J. S. Silvia Dias, 'Pombalismo e teoria política' em *Cultura — história e filosofia*, Lisboa, pp. 102-168, 1982.

Os seus livros foram mais tarde vendidos à Biblioteca Real, e conserva-se a lista das 1.576 obras que a compõem, entre as quais figura *Jacques le fataliste*.

Mariano José Pereira foi acusado de possuir, ler e fazer ler a outras pessoas

> livros franceses que tinham por objeto o derramar os princípios da revolução, e arraigados no coração dos franceses e mais leitores...

Perguntado se não tinha entre estes a *Histoire philosophique* respondeu que era verdade que a possuía. Segundo a acusação, Raynal/Diderot

> fora o primeiro ou um dos primeiros que em várias partes da mesma obra derramou os princípios de que os monarcas são uns déspotas, e uns tiranos, e que os homens sem ofensa das leis e do Direito Natural podiam em qualquer estado reclamar a uma liberdade contrária às mesmas leis.

Em seu poder também foi encontrado o *Supplément au voyage de Bougainville*.[27]

Em agosto de 1798, o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, determina a abertura de um inquérito para averiguar "a rebelião e levantamento projetado... a fim de se estabelecer no continente do Brasil um governo democrático". Dois dos envolvidos tiveram seus livros seqüestrados: Cipriano José Barata de Almeida, bacharel em filosofia e cirurgião (64 volumes, quase todos de medicina, ciências naturais e exatas) e Hermógenes Francisco de Aguilar Pantoja, que possuía o *Dictionnaire philosophique* de Voltaire.[28] Os panfletos distribuídos pelos implicados na conspiração demonstram as fontes francesas que os embasaram, sem que se possa identificar como sendo de Diderot qualquer dos textos transcritos.[29]

Os inventários e testamentos descrevem e avaliam os livros: São Paulo publicou extensas séries desses documentos, mas a maioria das bibliotecas particulares paulistas reduzem-se a alguns livros de devoção religiosa.[30] Como ainda não foram estudados sistematicamente os inventários e testamentos da Metrópole ou de outros centros coloniais como a Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão ou Minas Gerais as pistas a levantar através desses fundos documentais permanecem desconhecidas.

Entre as bibliotecas descritas pelos viajantes que aportaram ao Brasil no início do século XIX destaca-se a do padre baiano Francisco Agostinho Gomes, apontada como a melhor e maior do Brasil. O inglês Thomas Lindley, que a conheceu em 1803, refere-se a ela com entusiasmo, registrando que continha a *Enciclopédia* de d'Alembert.[31] Essa coleção de livros foi depois doada à Biblioteca Pública da Bahia, criada graças à iniciativa de 129 subscritores, sem qualquer ajuda do governo. Seu acervo inicial era de três mil obras, e o mesmo nos é

27. 'Devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende', em *Anais* da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 61, pp. 239-523, 1937. Todas as citações anteriores sem referência são deste documento.
28. 'Auto da devassa da Inconfidência da Bahia: devassas e seqüestros'. Separata dos vols. 93, 94, 95, *Anais* da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1931.
29. Kátia M. de Queiróz Matoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798* (Salvador, Itapuã, 1969).
30. *Inventários e testamentos* (São Paulo, Arquivo do estado, 1920-1977).
31. *Apud* Moraes, op. cit., p. 29; Thomas Lindley, *Narrative of a voyage to Brazil*, Londres, pp. 67-68, 1805.

conhecido graças a um arrolamento, que não registra qualquer obra de Diderot a não ser, evidentemente, a *Enciclopédia*.[32]

Duas importantes bibliotecas paulistas — a da Cúria Metropolitana e a do convento de São Francisco — foram compradas pelo governo provincial pouco depois da Independência, vindo a servir à Faculdade de Direito. Existe uma listagem sumária desses livros pela qual vê-se que contém muitas obras que refletem os mais modernos avanços do século XVIII em ciências naturais e exatas. Figuram também Montesquieu, Locke, Mably, Condillac, Voltaire, Condorcet, Feijó e as enciclopédias *Méthodique* (de Panckoucke) e *Economique* (de Felice).[33]

No Brasil, o impacto de Diderot foi talvez mais significativo durante o período colonial. Seus livros foram estudados e a obra onde ele desenvolve as suas concepções anticolonialistas — *Histoire philosophique*, de Raynal — é muito divulgada na colônia, influenciando fortemente os meios ilustrados. É inclusive citado na correspondência burocrática das autoridades coloniais. É verdade que neste caso não há qualquer conotação política: Raynal fornece uma informação sobre as riquezas minerais de São Paulo que o governador manda verificar: "tendo encontrado no abade Raynal, no 5º volume da *História filosófica*, falando de São Paulo, que (havia minas de ferro e estanho perto de Sorocaba) passei logo a perguntar-lhe pelas ditas minas... verá V. Exa. que se engana o abade Raynal em o nome da serra..." No entanto, mostra a familiaridade dessas autoridades com o autor francês, o que comprova também a difusão do livro. Em Cuiabá, o cônego Vidigal possuía-o, o que provocou a Inquisição. O grande botânico padre João Loureiro refere-se a ele em sua *Da transplantação das árvores mais úteis de países remotos* e o vice-rei do Brasil, D. Fernando José de Portugal, nomeia-o como obra sua. Também D. Francisco de Lemos, bispo e reitor de Coimbra, tinha um exemplar do livro.[34]

No entanto, e para não abandonar os critérios metodológicos expostos na introdução deste trabalho, deveria averiguar também os textos políticos contrários ao reformismo ilustrado.

No Brasil ninguém se preocupou ainda em levantar as omissões de textos significativos nas bibliotecas ou as obras antifilosóficas, tão importantes para configurar o pensamento de seus leitores. Nesse sentido, podemos citar um caso, o da biblioteca do convento de Santo Antônio em São Luís do Maranhão, visitada em meados do século pelo poeta Gonçalves Dias. Era composta

> por volumes de teologia casuística, de filosofia rançosa... por toda a literatura, o teatro de Voltaire e Metastasio... por toda a ciência, Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim e as *Recreações filosóficas* do padre Teodoro de Almeida.[35]

32. *SMBN*. Catálogo dos livros que se acham na Livraria Pública da cidade da Bahia, em maio de 1818. cód. VII. 4. 9. (ms.).
33. Myriam Ellis, 'Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo', *RH*, 30, pp. 387-447, 1957 e 'Catálogo da primeira biblioteca de São Paulo, organizada em 1827 pelo padre José Antônio dos Reis', ANRJ, caixa 364, doc. 5.
34. Ofício de 2.8.1788, de Bernardo José de Lorna, governador de São Paulo a Martinho de Melo Castro, secretário de Marinha e Ultramar, em *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 45, pp. 10-11, 1924; ANTT. Inquisição de Lisboa, 2.736; João de Loureiro, 'Da transplantação...' em *Memórias econômicas da ACL*, 1 (1789), p. 156; ANTT, Inquisição de Lisboa, 13.690; Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Arquivo da Universidade, p. 84, 1984.
35. Antônio Gonçalves Dias, 'Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para

Já em Portugal, entre outros trabalhos de valia destacando a resistência às idéias novas, destaca-se um trabalho que descreve o confronto entre a apologética e o enciclopedismo, usando meios modernos de história cultural quantitativa.[36]

O interesse por Diderot não desapareceu. Tanto por parte do meio acadêmico luso-brasileiro (que estuda a vertente política e literária de sua obra)[37] como por parte do público mais amplo, que continua a ler algumas de suas obras de ficção como *A religiosa*, editada 15 vezes entre 1912 e 1980.

No Rio de Janeiro, em 1978, uma dissertação de mestrado lhe foi dedicada com o título 'O espaço intelectual de *Jacques le fataliste*'[38] (nesse mesmo ano, em todo o Brasil, 15 teses sobre autores franceses foram defendidas).[39] Em Lisboa, uma dissertação de licenciatura em ciências histórico-filosóficas com o título de 'Filosofia e técnica científica: breve análise do problema através de uma interpretação da *Interpretação da natureza*. Diderot'.[40]

Um arrolamento dos estudos publicados em Portugal e no Brasil permite verificar como as reflexões sobre o pensamento de Diderot têm se aproveitado dos mais diversos enfoques que a natureza dessa obra permite.[41]

Por ocasião do segundo centenário da morte do pensador, em 1984, a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII organizou em Lisboa (janeiro de 1985) um grande encontro de especialistas de sua obra. As *Atas* trazem estudos de grande valia, tanto de portugueses e brasileiros como de estrangeiros que vieram participar desse encontro científico.[42]

Creio poder afirmar que Diderot seja um dos romancistas do século XVIII mais lidos em Portugal e no Brasil, o que se comprova pelas sucessivas edições que mereceu.[43]

coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão'. *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 16 (3), pp. 370-384, 1853.

36. João Luís Lisboa, 'Enciclopedismo e antienciclopedismo' em *Prelo*, 4, pp. 97-107, 1984.
37. Carlos do Nascimento Rodrigues, *Filosofia e técnica científica*... Faculdade de Letras de Lisboa, 1960; Luís de Pina, 'Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na história da Universidade', *Studium Generale*, Porto, 2, 1960; Jaime Brasil, *Diderot e a sua época* (Lisboa, Inquérito, 1940). Mais recentemente, Irene Maria Ferreira, 'O sonho de Diderot'. *Prelo*, 4, pp. 53-57; Hernani A. Resende, 'O direito natural e Diderot, alguns problemas do pensamento social na segunda metade do século das Luzes', *Ler História*, Lisboa, 14, pp. 3-39, 1988.
38. Sonia Oliveira Almeida, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975. Apesar de seu caráter literário, as conclusões indicam uma sensibilidade para o aspecto político dessa obra, pois "questiona os princípios que regem o homem, a sociedade e as instituições... insulta-se a ordem estabelecida, relativiza-se o valor da tradição, acusa-se o comodismo do homem que aceita sem exame os conceitos que lhe são transmitidos". *Catálogo de banco de teses*, Brasília, CNPq/MEC, vol. 3, p. 438, 1978.
39. Malraux (3 teses), Camus, René Cher, Flaubert, Raymond Anneau, Paul Valéry, Jean Annouilh (2 teses), Nerval, Bernanos, Zola, Voltaire e Diderot.
40. Apresentada em 1960 à Faculdade de Letras, Lisboa.
41. *Páginas filosóficas* (trad. de Adolfo Roitman, São Paulo, Cultura Moderna, 1939); *Paradoxo sobre o autor* (Lisboa, Inquérito, 1941); *Obras filosóficas* (São Paulo, Brasil, 1952); *A filosofia de Diderot* (introd. e notas de J. Guinsburg, São Paulo, Cultrix, 1966); *A enciclopédia. Textos escolhidos* (2ª ed., Lisboa, Estampa, 1974; Lisboa, Círculo dos Livros, 1971); *Carta histórica e política sobre o comércio do livro*. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1978; *Textos escolhidos* (trad. e notas de Marilena Chauí e J. Guinsburg, São Paulo, Abril, 1979); *Suplemento à viagem de Bougainville* (Lisboa, &, 1984).
42. *Diderot. Comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional Diderot* (Lisboa, Universitária, 1987). As comunicações são: Manuel Breda Simões, 'Diderot ou da antifilosofia'; Graça Almeida Rodrigues, 'Diderot e o historiador do outro: portugueses e brasileiros em alteridade'; Alfredo Margaride, 'Diderot e o outro'; Maria Alice Seixo, 'Clausura social e ocultação narrativa: *La Religieuse* de Diderot'; Eduardo Chitas, 'Hegel, Diderot e o sobrinho de Rameau'; Leopoldo

Abreviaturas
ACL — Academia das Ciências de Lisboa
ANRJ — Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
CEN — Companhia Editora Nacional
BGC — Biblioteca Geral de Coimbra
BNL — Biblioteca Nacional, Lisboa
CGSO — Conselho Geral do Santo Ofício
CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DI — Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo
MEC — Ministério da Educação e Cultura

RH — Revista de História, Universidade de São Paulo
SMBN — Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Abstract:
The article proposes the exam of the appeal raised by Diderot's writings and its influence in Portugal and in Brazil. The author, first of all, collects information about Diderot's works is some libraries of the XVIII[a] century; then he identifies the divers printed translations, describing the most recent course of study about his philosophical, political and literary works, as well as a research about the influence of his ideas in the domain of anthropology, aesthetics and literature in Brazil and in Portugal.

Résumé:
L'article se propose à dresser un bilan de l'intérêt suscité par l'oeuvre de Diderot et de son influence au Portugal et au Brésil. Pour y parvenir, l'auteur fait d'abord le relevé de ses oeuvres dans un certain nombre de bibliothèques du XVIII[ème] siècle; ensuite il mène à bout l'identification des diverses traductions parues en dressant, enfin, un tableau des études plus récentes sur l'oeuvre philosophique, politique et littéraire de Diderot, ainsi qu'une enquête sur l'influence de sa pensée dans les domaines de l'anthropologie, de l'esthétique et de la littérature au Brésil et au Portugal

Jobim, 'O ético, o social e o processo civilizatório em Diderot'; José Esteves Pereira, Luzes na *Enciclopédia*, Luzes em Portugal'; Maria Helena Carvalho dos Santos, 'O conceito de liberdade: Suzana versus Bárbara'; Betâmia de Almeida, 'Conceito de desenho e de pintura em Diderot'; Manuel Cadafaz de Matos, 'Para uma perspectiva humanística de Diderot'; Anita Novinsky, 'Diderot e os judeus'.

43. *O pai de família* (Lisboa, Rollandiana, 1778); —. (Rio de Janeiro, Villeneuve. s. d.); *A Religiosa* (trad. de Carlos José de Meneses, Lisboa, Guimarães e Cia., 1912); —. (Porto, Chardon e Lello, 1916); —. (pref. de Jaime Brasil, Lisboa, O Século, 1923); —. (Lisboa, Meneses, s. d.); —. (Rio de Janeiro, Edições do Povo, 1947); —. (trad. de João Gaspar Simões, Lisboa, Arcádia, 1965); idem, 1971; idem, 1975; —. (Lisboa, Círculo de Leitores, 1972); —. (São Paulo, Edibolso, 1976); —. (trad. de F. Romão, Lisboa, Discolivro, 1985); *O sobrinho de Rameau* (trad. de Vítor de Azevedo, Rio de Janeiro, Athena, 1936); idem, 2ª ed. (prefácio de Goethe), 1957; —. (Introd. e notas de Henri Bénac, [trad. de Antônio Bulhões e Miccio Tati] São Paulo, Difel, 1962); —. (São Paulo, Círculo do Livro, 1973); —. (São Paulo, Abril, 1980); *Tiago o fatalista* (trad. de Fonseca Amaral, Lisboa, Estampa, 1972); *Jacques o fatalista* (introd. e notas de Henri Bénac, [trad. de Antônio Bulhões e Miccio Tati], São Paulo, Difel, 1962); —. (trad. de Raul Correia, Lisboa, Amigos do Livro, 1978); *As mais lindas cartas de amor* s. l., s. d.; *As jóias indiscretas* (Lisboa, Europa-América, 1976); *Obras romanescas* (São Paulo, Difel, 1962).